



Dossiê #5 do Tricontinental  
Junho de 2018



Giorgia Prates/Brasil de Fato

## *Cidade de Curitiba, Paraná, Brasil*

No prédio da Polícia Federal, encontra-se o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma das maiores referências populares dos últimos tempos, Lula é alvo de uma prisão arbitrária e injusta cujo objetivo é impedir sua candidatura à presidência nas eleições de outubro deste ano. Nas pesquisas de intenções de voto, Lula lidera a disputa presidencial, mesmo estando preso, e chega a registrar o dobro das intenções dos votos em relação ao segundo colocado.

Em frente à prisão, uma multidão se encontra no acampamento Marisa Letícia, nome dado em homenagem à esposa de Lula, falecida em 2017. A organização é própria e compartilhada entre os participantes, que cumprem tarefas de segurança, distribuição de alimentos, limpeza, organização de atividades culturais e debates políticos com personalidades do mundo todo que vêm prestigiar o espaço e prestar sua solidariedade. Todos os dias, pela manhã e à noite, os acampados dizem em alto e bom som: “Bom dia presidente Lula” e “Boa noite presidente Lula”. Os homens e mulheres ali são os/as sentinelas da democracia.

Entre o acampamento e a prisão há um abismo. Um representa a democracia e o outro, um golpe.



Giorgia Prates/Brasil de Fato

## *Antecedentes do “golpe suave” no Brasil*

O que se evidencia no Brasil, nos últimos anos, é uma ruptura com o processo democrático que realinha o país a interesses externos, mais precisamente, dos Estados Unidos. Trata-se de um dos capítulos de uma nova ofensiva neoliberal que impacta não apenas o Brasil, mas toda América Latina.

Os ataques mais sistemáticos têm início em meados de 2013, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (PT), após o que veio a ser conhecido como “mobilizações de junho”, em que milhares de pessoas tomaram as ruas para protestar contra o aumento da passagem do transporte público na cidade de São Paulo ao que se seguiu uma forte repressão policial por parte do governo do estado (naquele momento nas mãos de Geraldo Alckmin, do PSDB). As manifestações cresceram e se difundiram por todo o país, colocando mais de um milhão de pessoas nas ruas, com pautas difusas, mas que traziam a melhoria da qualidade dos serviços públicos, o rechaço à classe política e à corrupção, além da pauta do aumento das passagens do transporte público, que aos poucos foi perdendo a centralidade, sobretudo após o governo recuar e cancelar o aumento.

No início, a grande imprensa, cujo maior expoente no Brasil é o Grupo Globo, criticou, como de costume, as mobilizações. No entanto, conforme as manifestações cresceram, um setor

da direita – incluindo a grande imprensa – viu a possibilidade de disputá-las e passou da condenação ao apoio, convocando e incentivando a população a ir às ruas, e buscando reforçar pautas que aumentasse o desgaste do governo federal.

Após a vitória da presidenta Dilma Rousseff, em 2014, para seu segundo mandato, as forças de oposição – o que inclui a grande imprensa – intensificam o processo de desestabilização política, questionaram os resultados das urnas e impuseram diversas derrotas e bloqueios ao novo governo por meio do Congresso Nacional. A abertura do processo de impeachment se inicia em dezembro de 2015, sob a acusação de crime de responsabilidade fiscal, o que mais tarde foi desmentido pela perícia do Senado e reconhecido publicamente por lideranças da direita. O processo de impeachment, considerado um golpe parlamentar, é finalizado em agosto de 2016, com o afastamento da presidenta.

Para a professora Ermínia Maricato (USP) o ano de 2013 marca o início da queda de hegemonia política do PT. Esse declínio se intensifica até 2016 quando Dilma Rousseff é destituída pelo Congresso Nacional após uma forte campanha da oposição, com apoio jurídico e midiático, na qual “as forças que construíram o ciclo democrático não souberam se renovar durante todo o período e, acima de tudo, perderam o contato direto com as bases sociais”, foram surpreendidas pelas mobilizações e não conseguiram esboçar uma reação.

O golpe trouxe rapidamente uma agenda antipopular que incluiu: a aprovação, em 2017, de uma reforma trabalhista que precarizou as condições de trabalho e enfraqueceu sobremaneira os sindicatos; um profundo ajuste fiscal que retirou os recursos direcionados para as políticas sociais (educação, saúde, ciência e tecnologia, cultura) congelando-os por 20 anos; uma política externa que submete o país à passividade; entrega dos recursos naturais, com mudanças nas leis referente a exploração do pré-sal, e desmantelamento da maior empresa estatal do setor, a Petrobras; criminalização das lutas populares e da esquerda como um todo. Em suma: acabar com todos os avanços conquistados nos governos do PT desde 2003.

Mas quais são os motivos desse golpe contra a democracia brasileira? O que leva à prisão de uma das principais referências populares e líder de intenção de votos para a presidência do país? Por que os movimentos populares e sindicais se mantêm empenhados na defesa de Lula e na denúncia do risco que corre a jovem democracia brasileira? Este dossiê n.5 do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social** tenta responder essas questões.



Giorgia Prates/Brasil de Fato

# *A onda rosa*

Assistimos nas últimas décadas a um avanço das forças progressistas e movimentos de contestação ao Consenso de Washington – um conjunto de políticas impostas pelos EUA e seus aliados para forçar os países a um processo de abertura econômica, privatizações, desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas. Essas políticas levaram à quebra da economia de muitos países, o que fez com que os anos 1980 ficassem conhecidos como a década perdida. A década seguinte não foi melhor. A desigualdade social reinou, mesmo após a queda de muitas ditaduras militares.

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, vitórias importantes em toda América Latina mostravam uma reação às políticas neoliberais. A vitória de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, na Venezuela, dos Kirchner, na Argentina, de Michelle Bachelet, no Chile, de Evo Morales, na Bolívia, de Fernando Lugo, no Paraguai, de Rafael Correa no Equador, de Tabaré Vázquez e José Mujica, no Uruguai, bem como Lula e Dilma, no Brasil, são exemplos dessa “onda rosa” que tomou o continente.

Esses governos reconheceram não ser possível manter suas políticas progressistas de forma isolada e voltada apenas às políticas internas de seus países. Era necessário desenvolver um novo tipo de regionalismo. Assim foi impulsionada a

reconstrução de políticas regionais e de integração latino-americana, com a construção de novos espaços como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) em 2004, da Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos (Celac) em 2008. Essa é a razão pela qual o governo brasileiro de então buscou ampliar espaços importantes como o IBSA (Índia, Brasil e África do Sul), e os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) idealizados desde 2006, que buscavam fortalecer as relações internacionais do eixo Sul-Sul, fora da esfera de influência dos Estados Unidos.

No Brasil, o PT colocou em prática uma agenda que não rompeu com as políticas neoliberais, em uma complexa composição política e de classes, mas que permitiu ganhos substanciais para o povo e para a classe trabalhadora, com o aumento da formalização do trabalho, aumento real do salário mínimo, o combate à miséria extrema, inserção de milhões ao mercado consumidor com acesso a bens públicos como luz e água, diminuição dos índices de desigualdade social, a inserção da juventude das periferias em universidades públicas e privadas, dentre outras ações. Contudo, não mexeu nos lucros da elite brasileira e do sistema financeiro, tampouco enfrentou o monopólio dos meios de comunicação.

Entre as políticas de retomada do controle do Estado, a estratégia do governo foi utilizar a Petrobras como ferramenta de desenvolvimento interno, e aumentou o investimento público na economia e em pesquisa e desenvolvimento (P&D), desenvolvendo políticas locais para a exploração do petróleo

e, por fim, alterou a lei de exploração do petróleo, após a descoberta do pré-sal, em 2007. Assim, retirou do mercado o poder de exploração e apropriação dos seus recursos, colocando a Petrobras como operadora única e impondo royalties maiores que deveriam ser revertidos para a saúde e educação.

No plano internacional, as relações de integração na América Latina por meio da Unasul e Celac foram desenvolvidas com uma agenda própria, fora dos interesses dos EUA e seus aliados. Os BRICS, com todas suas limitações, serviram como uma alternativa de desenvolvimento e financiamento com a criação de seu próprio banco de desenvolvimento, em busca de mudar o eixo geopolítico determinado pelos Estados Unidos, via FMI e Banco Mundial.



Giorgia Prates/Brasil de Fato

# Guerra híbrida

O acirramento da crise de 2008 e o aumento da disputa pelo domínio da geopolítica mundial colocou a hegemonia dos EUA em xeque. Como resposta, os EUA passaram a adotar a uma nova ofensiva global de retomada do controle, buscando incidir sobre governos e países que ameaçavam sua autoridade. O golpe em Honduras, em 2009, abre um novo período na América Latina no qual os EUA mostram ser capazes de lançar mão de todos os meios para recuperar o comando na região. O que se observa, do México à Argentina, é a sua influência nas políticas econômicas e sociais, bem como apoio a mudanças de governo, o que se dá de formas diferenciadas em cada país.

Essa nova estratégia estadunidense para recolocar sua nova agenda neoliberal se dá a partir da chamada *guerra-não-convencional*, método detalhado no *Manual para Guerras Não-Convencionais das Forças Especiais dos EUA*, que define entre seus objetivos “explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de potências hostis, desenvolvendo e apoiando forças de resistência para atingir os objetivos estratégicos”.

A *Guerra Híbrida*, argumenta o jornalista Pepe Escobar, especialista em conflitos internacionais, tem sido usada efetivamente contra os países que compõem o bloco dos

BRICS. Primeiro, impõe-se pesadas sanções e demonização de um dos países mais fortes do bloco, a Rússia, além de ataques à sua moeda, guerra de preços do petróleo e a tentativa de uma “revolução colorida” nas ruas de Moscou. A pressão sobre a Rússia e a China vem também pelo cerco à Eurásia através da instalação de bases militares estadunidenses, além da movimentação da Otan ao leste. Já no caso do Brasil, os métodos foram mais sutis e complexos. Pepe Escobar destaca que o primeiro passo essencial para desestabilizar politicamente um governo é influenciar uma classe média não engajada, fomentando pequenos grupos de jovens nas redes sociais que alimentem o descontentamento popular, num jogo bem organizado com a grande mídia na fabricação e difusão de “verdades”.

Como observou o professor Alexandre Aragão de Albuquerque, pesquisador do Grupo Democracia e Globalização da Universidade Estadual do Ceará (UECE), duas ações básicas foram postas em prática nesse processo de desestabilização. A primeira buscou criar e reforçar, perante a população, a legitimidade da luta pela derrubada do adversário, utilizando-se, por exemplo, de retóricas como “a luta contra a corrupção”. A segunda ação se desenvolveu simultaneamente e teve como objetivo demonizar esse oponente, identificando-o como o causador de todos os males.

Toda essa operação contou com a ação da grande mídia – em especial o Grupo Globo –, em conjunto com o Judiciário e parlamentares, além de grupos financiados por esse aparato para criar *fake news* e insuflar uma classe média não-engajada contra um governo democraticamente eleito.

## O caso contra Lula

Entre os métodos utilizados na guerra não-convencional, o que se verifica no caso brasileiro é o chamado *lawfare*, uma “guerra jurídica”, assimétrica, mediante o uso ilegítimo da justiça com fins econômicos e políticos.

Para o professor de Direito Carlos Lodi, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o *lawfare* consiste em “no processo de usar a violência e o poder inerente à lei para produzir resultados políticos como o afastamento de um adversário por meio do uso abusivo do sistema jurídico em substituição aos processos eleitorais constitucionalmente vigentes”.

O principal instrumento usado contra o PT e suas lideranças foi a Operação Lava Jato, iniciada em 2014, encabeçada por um juiz de primeira instância de Curitiba, Sérgio Moro, com o suposto objetivo de investigar as denúncias de corrupção nos contratos da Petrobras com as grandes empreiteiras. A Lava Jato se tornou a ferramenta principal de deslegitimação e perseguição política à presidenta Dilma e a Lula. A intenção política da Lava Jato ficou evidente quando o juiz Moro vazou – ilegalmente – para a imprensa o conteúdo de escutas telefônicas entre a então chefe de Estado, o que se configura como atentado à segurança nacional, com o claro objetivo de criar uma presunção de culpa em relação aos envolvidos e impedir a nomeação de Lula para o cargo de ministro da Casa Civil, conturbando o ambiente político nacional.

Os efeitos da Lava Jato sobre a Petrobras foram também muito danosos, enfraquecendo a companhia, em busca de fazer avançar o processo de privatização de partes de suas operações. Com o bloqueio dos contratos, foram retirados da Petrobras mais de 140 bilhões de reais da economia brasileira apenas em 2015, o que impactou toda a cadeia produtiva e gerando cerca de quatro milhões de desempregados.

O objetivo principal da Lava Jato foi – e ainda é – chegar em Lula, ainda que com acusações altamente questionáveis, sem provas. O que deveria ser uma operação de combate à corrupção tornou-se uma sucessão de julgamentos políticos. O objetivo de cada ação caminhava no sentido de deslegitimar Lula, imputando-lhe o título de culpado por meio de diversas ações ilegais.

Entre as ilegalidades, está a condução coercitiva de Lula para prestar depoimento, em 2016, na qual a polícia federal tentou levá-lo para Curitiba, o que foi frustrado graças à reação popular. Os grampos telefônicos das conversas entre Lula e seus advogados (por sinal, ilegais), delações feitas por empresários e outros réus, sem quaisquer provas materiais que embasassem as denúncias, feitas sob o oferecimento de diminuição de pena, as chamadas delações premiadas, entre outras arbitrariedades, são alguns exemplos da forma como operou o Judiciário.

Para o professor de ciência política Luiz Felipe Miguel, da Universidade de Brasília (UNB), os mecanismos de acusação contra Lula funcionam por meio de uma triangulação; a

primeira ponta vinha de uma acusação em relação ao ex-presidente, vazada pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público, e, em seguida, os meios de comunicação repercutiam esse vazamento como principal tema da semana. A segunda ponta era feita no caminho inverso: um meio de comunicação anunciava algum “furo” de reportagem, ao que se seguia uma investigação do Ministério Público ou Polícia Federal que respaldava oficialmente o “furo”.

A terceira ponta do triângulo são as páginas dedicadas à veiculação de *fake news*, que alimenta a militância de direita, com versões distorcidas, simplistas e agressivas das notícias, em uma linguagem mais enxuta e com imagens caricaturais.

Ao não encontrar algo que incriminasse o ex-presidente Lula, para além da produção cotidiana de notícias falsas e “furos” de reportagem cheios de ilações, a justiça de Curitiba passa a centrar-se numa denúncia de uma possível doação de um apartamento (o triplex) na cidade do Guarujá, litoral de São Paulo, da empresa OAS para Lula. Este, por sua vez, teria, em troca, beneficiado a empreiteira nos contratos com a Petrobras. Essas informações constam na delação premiada de José Aldemário Pinheiro Filho, ex-presidente da OAS. Pinheiro estava preso há mais de um ano e em todos depoimentos negava a participação de Lula em qualquer esquema. Após um acordo fantástico de redução da pena, passa a acusar o ex-presidente, mas sem apresentar prova nenhuma.

Baseado na acusação de Pinheiro, o juiz Sérgio Moro sentencia em primeira instância o ex-presidente Lula por lavagem de dinheiro e corrupção passiva, crime em que um servidor público recebe favores em troca da prática de um ato de ofício.

Num jogo de cartas marcadas, os desembargadores da segunda instância (TRF-4) reforçam a pena, priorizando o processo de Lula em um tempo recorde que demandaria do relator do processo a leitura de 250 mil páginas em 6 dias, ou duas mil páginas por hora, sem dormir, durante seis dias, como ironizou o sociólogo Emir Sader.

Para alcançar o objetivo de impedir sua candidatura presidencial, o juiz Sérgio Moro emite a ordem de prisão de Lula, utilizando-se de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2016, que permite o cumprimento da pena com a prisão do réu, julgado na segunda instância, sem que tenham se esgotado as possibilidades de defesa. A decisão ainda contava com o respaldo do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que havia negado o pedido do ex-presidente de responder em liberdade (habeas corpus).

No dia 7 de abril, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, instituição fundamental na luta pela redemocratização do país na década de 1970, quando era liderado por Lula, o ex-presidente foi levado preso, com o aval do judiciário aliado às elites, sob o protesto de milhares de manifestantes que ali estavam.



Giorgia Prates/Brasil de Fato

# *A defesa de Lula*

Lula é acusado de ser dono de um apartamento doado pela empreiteira OAS. Para a Frente Brasil de Juristas pela Democracia, nenhuma testemunha afirmou qualquer fato que ligue a propriedade do imóvel a Lula. O que sim se confirmou é que ele visitou o apartamento apenas uma vez, nada mais. O crime, porém, não seria ter o apartamento, mas recebe-lo como vantagem indevida, enquanto funcionário público, em um ato de corrupção passiva. O juiz Moro teria, portanto, que identificar o ato específico do ex-presidente Lula a partir do qual ele receberia a vantagem, o triplex no caso, mas o juiz não o fez. Além disso não há qualquer prova documental que comprove que o apartamento é do ex-presidente.

A sentença de Moro ignora os depoimentos de 73 testemunhas de defesa e de acusação que inocentaram Lula e só leva em conta a palavra de dois réus já condenados e que mudaram seus depoimentos originais. Quando a defesa de Lula questiona as contradições da sentença em uma primeira oportunidade, a resposta de Moro é que não era preciso provar que Lula era o proprietário nem que a construção e reforma do imóvel haviam sido feitas com recursos desviados da Petrobras. Vale lembrar que a alegação de que os recursos desviados eram da Petrobrás foi o que justificou o processo ter saído da justiça de São Paulo e ido parar nas mãos de Sergio Moro.

Em suma: uma condenação sem provas, apenas com a convicção do Poder Judiciário e da grande mídia de que era necessário condenar Lula.

Para caracterizar a corrupção passiva, afirma o professor Carlos Lodi, o ex-presidente precisaria ter praticado algum ato, no exercício do cargo, que constituísse uma vantagem ilegal em favor da empreiteira OAS, em troca de vantagem indevida. No entanto, não conseguiram comprovar que Lula tenha tido qualquer participação na celebração ou negociação de contratos com a Petrobras.

Lodi ainda aponta, sobre a condenação por lavagem de dinheiro, que, não estando o triplex em seu nome, não haveria porque “lavar” o bem, que permaneceria oculto. O que foi lavado afinal? O que permaneceu oculto?

O golpe iniciado com o impeachment da presidenta Dilma, segue com a tentativa de impedir a candidatura de Lula à presidência, numa clara destruição da democracia, que vem se esfacelando dia a dia. Nas palavras de Ivana Jinkings, “a ruptura institucional tem agora uma pedra angular, a prisão do ex-presidente Lula”.

## *O golpe suave em perspectiva*

O que fica evidente na tentativa de desmoralização de Lula, tornando-o inelegível são dois objetivos. O primeiro é tirar do povo o direito de decisão política, direito este que foi desrespeitado com o golpe de 2016. O segundo objetivo é realinhar o país às políticas de retirada de direitos e submissão ao mercado financeiro e à hegemonia estadunidense.

Ainda sobre o segundo objetivo, desdobram-se outros três vetores:

1. Alinhamento incondicional aos Estados Unidos em todos os temas, fóruns e instâncias do sistema internacional;
2. Adesão irrestrita à globalização neoliberal;
3. Envolvimento ostensivo na campanha internacional para depor o presidente venezuelano Nicolás Maduro e esmagar a Revolução Bolivariana, devolvendo o poder à direita local, aliada aos EUA.

Os EUA têm recolocado seu papel como agente principal de desestabilização na América Latina. Desde o golpe em Honduras em 2009, encorajando e incentivando os governos a derrubar a dinâmica bolivariana. Sob pressão das forças

estadunidenses, os militares do Brasil, Peru e Colômbia fizeram uma manobra militar no final de 2017 (AmazonLog17) com argumento de ensaiar situações de emergência humanitária nas fronteiras com a Venezuela. Segundo a analista Ana Esther Ceceña, do Observatório Geopolítico Latino Americano, trata-se de uma operação para desestabilizar os governos progressistas na América Latina, apertando o cerco à Venezuela sobretudo. O golpe suave de 2016 no Brasil faz parte dessa dinâmica.

As transformações contínuas operadas no Brasil desde então se expressam no desmonte dos direitos sociais e no rompimento do pacto estabelecido no processo de redemocratização, em descumprimento com todas as premissas da Constituição cidadã de 1988.

Projetos apresentados pelo governo Temer que reformam as leis trabalhistas (aprovada em 2017) e previdenciárias, a aprovação do projeto que congela os investimentos em áreas como saúde e educação pelos próximos 20 anos, um desemprego que atinge mais de 13 milhões de pessoas, o aumento da fome e da miséria, bem como o aumento da mortalidade infantil, após 13 anos de queda contínua, são os impactos mais visíveis para a vida do povo.

O governo Temer tem oferecido grandes benefícios às corporações multinacionais e às elites brasileiras. Um dos principais interesses das forças golpistas é pelo pré-sal, que sofreu mudanças na lei de exploração, na qual a Petrobras deixa de ser operadora única dos recursos, não sendo mais

obrigada a assumir nem os 30% dos consórcios vencedores, como determinava a lei anterior.

Também houve redução do conteúdo nacional mínimo que permitia um desenvolvimento local no setor, que agora beneficiará as companhias estrangeiras de petróleo que já vem participando dos leilões de blocos exploratórios no Brasil.

Essa mudança na lei de exploração dos recursos naturais em benefício de companhias estrangeiras mostra um giro nas relações externas brasileiras, que assume uma posição submissa às exigências políticas e econômicas dos Estados Unidos.



Giorgia Prates/Brasil de Fato

# *Lula como um símbolo*

Lula é um símbolo vivo de que a classe trabalhadora pode chegar ao poder. A prisão política do ex-presidente condensa todo um quadro de avanço conservador contra o povo e a democracia de modo a avançar em relação aos objetivos do setor golpista. Para os movimentos populares, a luta pela libertação de Lula e a defesa de seu direito de ser candidato, assim como a luta por eleições livres e democráticas, são fundamentais para derrotar as forças golpistas nas urnas e reverter as reformas neoliberais.

Para os trabalhadores da Petrobras organizados na Federação Única dos Petroleiros (FUP), é evidente que a prisão de Lula representa um dos capítulos do golpe e tem uma relação direta com a entrega do petróleo para o capital estrangeiro. Isso afeta diretamente os empregos e o desenvolvimento nacional, o que faz com que nas assembleias a categoria tenha aprovado greves contra o desmonte da Petrobras e em defesa do ex-presidente Lula.

Em carta direcionada ao povo brasileiro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) declara seu apoio à candidatura de Lula à presidência, entendendo que essa defesa representa a luta contra o golpe e a favor dos anseios do povo brasileiro por mudanças diante de um cenário de crise. Explicita ainda que os responsáveis pela crise e instabilidade política vivida hoje e que devem ser enfrentados são “o capital

financeiro internacional; os veículos de comunicação, em especial o Grupo Globo, que alimentaram e insuflaram os movimentos golpistas e fascistas; e o Poder Judiciário que, por um lado, coloca os seus interesses e privilégios acima da Constituição e, por outro, premia com a impunidade toda repressão e violência contra os pobres”.

A Frente Brasil Popular (uma articulação de vários movimentos populares, sindicais e partidos políticos de esquerda) tem construído comitês populares em defesa da democracia e da liberdade de Lula pelo país, construindo mobilizações e denunciando o golpe em curso.

As tensões sociais estão em alta. O monstro do ódio e neofascismo criado pelo Grupo Globo, o Judiciário e forças conservadoras do país caminha solto. O assassinato da militante popular e vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), Marielle Franco, não pode ser interpretado fora desse quadro de tensão. Sua denúncia dos desmandos do Estado e do genocídio contra o povo negro e da periferia lhe custaram a vida.

Os disparos contra a caravana de Lula em 2017, na tentativa de barrar sua passagem pelos estados brasileiros para denunciar as consequências do golpe que vivemos, bem como os disparos contra o acampamento Marisa Letícia em abril de 2018 por grupos fascistas, mostram o clima em que o país se encontra. Todos esses casos seguem impunes, sem que os culpados tenham sido encontrados e julgados.

Ainda assim, o acampamento Marisa Letícia segue crescendo. Participantes chegam de caravanas de todos os estados do país. A comunidade do entorno, que no começo foi inflamada pela mídia dos horrores que essa ocupação traria, já se insere na dinâmica dos acampados, com atos de solidariedade, cedendo espaços das casas, banheiros, lavando a roupa dos participantes e ajudando na alimentação, além da participação nos debates e eventos culturais. Sua hostilidade agora se transformou em solidariedade. É assim que o futuro se parece: não como um governo golpista, mas como o acampamento Marisa Letícia.





Giorgia Prates/Brasil de Fato

## *Carta do MST ao povo brasileiro*

O Brasil vive uma profunda crise econômica, política, social e ambiental, resultante da crise internacional do capitalismo e da própria incapacidade deste sistema em solucionar as contradições que gera. Neste contexto, as saídas autoritárias, como os golpes e ataques à democracia, tem sido a fórmula adotada para garantir uma violenta ofensiva neoliberal, que retira direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, ao mesmo tempo em que sequestra e subordina o Estado aos interesses de grandes grupos empresariais.

É necessário ter clareza e identificar quem são os responsáveis por esta crise e pela instabilidade política em que vivemos para enfrentá-los: o Capital financeiro internacional; os veículos de comunicação, em especial a Rede Globo, que alimentaram e insuflaram os movimentos golpistas e fascistas; e o poder Judiciário que, por um lado, coloca os seus interesses e privilégios acima da Constituição, e, por outro, premia com a impunidade toda repressão e violência contra os pobres.

Este momento exige das forças progressistas unidade na ação e esforço em construir um Projeto Popular para o Brasil, capaz de enfrentar os problemas estruturais de nosso país, combatendo a miséria e o desemprego; retomando o desenvolvimento; enfrentando a questão habitacional e a mobilidade urbana nas cidades; garantindo saúde e educação públicas e de qualidade;

realizando a reforma agrária no campo; protegendo os bens comuns da natureza e impedindo sua privatização; e, recuperando a soberania nacional.

Por isso, convocamos o conjunto da sociedade para construir e participar do Congresso do Povo Brasileiro, organizado pela Frente Brasil Popular, para que seja este espaço de discussão e organização em torno dos problemas do país e das medidas estruturais necessárias para superá-las.

Também reafirmamos nossa convicção na inocência do Presidente Lula, defendemos seu direito de concorrer às eleições presidenciais e, diante desta prisão política, resultado de um processo ilegal e ilegítimo, exigimos sua liberdade!

Por todas essas razões, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem a público declarar o apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, por entender que ela representa a luta contra o golpe e os desejos do povo brasileiro por mudanças nesse cenário de crise que assola a todos nós.

Não deixaremos esquecer, nem compactuaremos com a impunidade e por isso exigimos a solução e a justiça para o assassinato de nossa companheira Marielle, assim como de tantos jovens pobres vítimas da repressão. Que seu exemplo em vida continue inspirando os jovens, as mulheres e os trabalhadores e trabalhadoras nestes tempos de repressão e autoritarismo. Em sua memória, nenhum momento de silêncio, mas o compromisso e a luta das trabalhadoras e trabalhadores

rurais Sem Terras contra o golpe, contra a retirada de direitos e da liberdade, por um país mais justo, igualitário e soberano!

Lula Livre!

Marielle Vive!

Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!

—*Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*

São Paulo, 12 de maio de 2018



Giorgia Prates/Brasil de Fato

# *Manifesto ao povo brasileiro da Frente Brasil Popular*

1. Um homem está sendo perseguido e injustiçado porque provou, junto com o povo brasileiro, que é possível construir uma sociedade mais livre, justa, fraterna e solidária em nosso País. Querem cassar os direitos políticos desse homem: Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro presidente filho do povo e defensor dos trabalhadores e dos mais pobres. Querem cassar o direito do povo de votar livremente em quem representa os milhões de brasileiros que sofrem, hoje, com o desemprego, a redução do salário, a revogação de direitos históricos e o desmonte das políticas que promoveram a superação da fome e a redução da desigualdade em nosso País.

2. A perseguição contra Lula é movida por setores do sistema judicial, notadamente a Justiça Federal, o Ministério Público e a Polícia Federal da Lava Jato, além do TRF-4, associados à mídia mais poderosa e opressiva do País, tendo à frente a Rede Globo. O objetivo dessa perseguição, arbitrária, opressiva e ilegal, é não permitir que o povo possa votar em Lula presidente mais uma vez.

3. Eles não querem apenas prender o cidadão Lula. Querem interditar a causa que ele representa e defende: a inclusão social, a promoção dos direitos do povo, das mulheres, crianças, negros, indígenas, da população LGBT, das pessoas com necessidades especiais; a valorização dos salários e

geração de empregos; o apoio às pequenas e médias empresas, à agricultura familiar e à reforma agrária; a defesa da soberania nacional e a construção de um País mais igual e mais justo.

4. Para excluir Lula das eleições presidenciais, criaram mentiras e moveram um processo arbitrário, atribuindo a ele crimes que jamais foram provados, até porque Lula sempre agiu dentro da lei, antes, durante e depois de ter sido presidente do Brasil. Para condená-lo, sem crime e sem provas, não tiveram escrúpulos de violar as mais elementares garantias constitucionais e transgredir os princípios democráticos fundamentais.

5. Lula é inocente e continua desafiando a Lava Jato a provar que algum dia tenha recebido ilicitamente sequer dez centavos, de quem quer que seja. Quebraram o sigilo bancário dele e de seus filhos, fizeram uma devassa nas contas do Instituto Lula, grampearam seus telefonemas, conduziram-no à força e ilegalmente para prestar depoimento, cercearam sua defesa, negociaram depoimentos de criminosos em troca de benefícios penais e financeiros, mas não encontraram qualquer prova dos crimes de que lhe acusam. Lula já provou sua inocência e continua desafiando que provem sua culpa.

6. Por ter um compromisso histórico com nosso País e nosso povo, no dia 7 de abril de 2018 Lula cumpriu o mandado de prisão expedido de forma ilegal e arbitrária. Mesmo tendo recebido ofertas de asilo em países democráticos, preferiu ficar aqui e encarar seus acusadores mentirosos. Como acredita que

ainda se faça justiça nesse País, aguarda o julgamento do mérito dos recursos de sua defesa.

7. Mesmo encarcerado, Lula continua candidato à presidência da República, porque não aceita ver passivamente o país ser administrado com incompetência econômica, política e social. Não aceita a entrega do patrimônio nacional a interesses privados nem que o Brasil abra mão da soberania corajosamente conquistada. É para manter esta situação de sofrimento do povo e de ruína do País que os poderosos, os golpistas e a Rede Globo querem manter Lula preso e tirá-lo das eleições. Mas o povo, a lei e a Constituição estão ao lado de Lula.

8. A Legislação Eleitoral garante que Lula pode ser escolhido candidato à presidência por seu partido e que sua candidatura pode ser registrada até 15 de agosto, com o nome e a fotografia inscritos nas urnas eletrônicas e o direito de participar da propaganda eleitoral no rádio e na TV. Somente depois disso a Justiça Eleitoral poderá decidir sobre sua elegibilidade, cabendo recursos, se necessário, ao Supremo Tribunal Federal. Estes são os fatos, queiram ou não queiram os comentaristas da Globo, pois eles não fazem a lei nem representam o Brasil verdadeiro, apenas repetem a voz do dono.

9. De onde se encontra, Lula mantém sua fé no Brasil, que pode voltar a ser uma das maiores economias do mundo, pode crescer e criar empregos, e acredita que o povo brasileiro

pode recuperar sua autoestima, a soberania nacional e tomar decisões em função dos seus próprios interesses, superando o complexo de vira-latas, como aconteceu em seu governo.

10. Para isso, é necessário recuperar a indústria nacional, resgatando o papel estratégico da Petrobrás, preservando a Eletrobrás e os bancos públicos, como o Banco do Brasil, o BNDES e a Caixa. É necessário investir cada vez mais em educação, ciência, tecnologia e pesquisa, para o Brasil voltar a ser competitivo internacionalmente. E é necessário recuperar os programas sociais que garantem transferência de renda, apoio à agricultura familiar, à reforma agrária, à habitação popular, além da política de valorização dos salários, para que o povo possa participar e colher os frutos do crescimento econômico.

11. O Brasil só vai superar a profunda crise em que se encontra por meio de eleições livres e democráticas, com a participação de todas as forças políticas e de todos os candidatos, inclusive Lula, respeitada a autonomia dos partidos, a legitimidade das pré-candidaturas já postas e preservando o esforço pela convergência programática e política do campo democrático. Só assim teremos um governo com legitimidade para fazer do Brasil, novamente, um país melhor e mais justo. E só assim poderemos debater e criar uma nova ordem da comunicação, sem monopólios, democratizando o acesso à informação e aos meios de expressão.

12. O Brasil quer voltar a ser um país em que todos tenham os direitos reconhecidos, em que não haja ódio, preconceito e violência, como a que assassinou Marielle e Anderson e que massacra cotidianamente os pobres, os negros, as mulheres, os camponeses e os indígenas.

13. O Brasil quer voltar a ser um país do tamanho dos seus sonhos. Voltar a ser o país que cultivou a fraternidade, o respeito às diferenças e o diálogo internacional pela paz, como foi com Lula presidente. Quer voltar a ter confiança no presente e esperança no futuro, sem medo de ser feliz.

Por eleições livres e democráticas!  
Lula Livre!  
Marielle Presente!  
Pelo direito de Lula ser candidato!  
Pelo direito do povo votar livremente!

—*Frente Brasil Popular*

Tricontinental: Institute  
for Social Research *is an  
international, movement-driven  
institution focused on stimulating  
intellectual debate that serves  
people's aspirations.*

Tricontinental. Instituto  
de Pesquisa Social *é uma  
instituição internacional,  
organizada por movimentos,  
com foco em estimular o debate  
intelectual para o serviço das  
aspirações do povo.*

the **trico**ntinental.org